



ACÓRDÃO Nº1006/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11643/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Jairo Pimentel dos Anjos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3.615/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - SAAE. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Alcance. Representação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular as Contas do Sr. **Jairo Pimentel dos Anjos**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - SAAE, exercício de 2017, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das impropriedades relacionadas no item 2 do Relatório/Voto.

10.2. Aplicar Multa no valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais) ao Sr. **Jairo Pimentel dos Anjos**, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do artigo 54, inciso VI, da LOTCE/AM, por grave infração a norma legal, em razão das impropriedades consideradas não sanadas: ausência de procedimentos licitatórios (Restrições 1, 2, 3, 4 e 7); abastecimento de veículos não oficiais (restrição 5); despesas pagas com as retiradas em



ACÓRDÃO Nº1006/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

espécie da conta do SAAE sem a finalidade pública demonstrada (restrição 6); inexistência de almoxarifado, sistema de controle de bens e livro de tombo (restrição 9); pagamento de multa por atraso em apresentação da DCTF (restrição 10) com recursos públicos; pagamento de encargos decorrentes de atrasos nos recolhimentos de INSS e FGTS (restrições 11 e 12) com recursos públicos. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Considerar em Alcance o Sr. Jairo Pimentel dos Anjos, no montante de **R\$ 72.455,44** (setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), que deve ser devidamente corrigido e atualizado monetariamente nos termos do art. 25, caput, da Lei Orgânica deste TCE/AM c/c art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, decorrente de:

- I) abastecimento de veículos não oficiais (restrição 5), no valor de R\$ 2.969,60;
- II) despesas pagas com as retiradas em espécie da conta do SAAE sem a finalidade pública demonstrada (restrição 6), no valor de R\$ 68.638,44;
- III) pagamento com recurso público de multa por atraso em apresentação da DCTF (restrição 10), no valor de R\$ 514,25; e
- IV) pagamentos de encargos decorrentes de atrasos nos recolhimentos de INSS e FGTS (restrições 11 e 12), nos valores de R\$ 281,07 e R\$ 52,08, respectivamente.

Fixa-se **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa na esfera Municipal para o órgão Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - SAAE.

10.4. Representar ao Ministério Público Estadual para que, no uso de suas atribuições e competências, tome as providências que entender cabíveis em relação aos atos de contratação sem prévia licitação, de que tratam as



ACÓRDÃO Nº1006/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

restrições 1, 2, 3, 4, 7, bem como de realizar despesa sem finalidade pública, através de retiradas em espécie da conta do SAAE, de que trata a restrição 6, todas constantes no Relatório Conclusivo Nº. 64/2019-DICAMI.

10.5. Dar ciência da decisão à **Secretaria da Receita Federal do Brasil** para que, no uso de suas atribuições e competências, tome as providências que entender cabíveis notadamente em relação ao não recolhimento do IRRF/FOPAG referente aos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto, outubro, novembro e 13º salário”, de que trata a restrição 13 constante no Relatório Conclusivo Nº 64/2019-DICAMI.

10.6. Dar ciência da decisão ao **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - SAAE**.

10.7. Dar ciência da decisão ao **Sr. Jairo Pimentel dos Anjos**.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Outubro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral